



A IMPLANTAÇÃO DO ALMOXARIFADO VIRTUAL EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO: DESAFIOS, BENEFÍCIOS E IMPACTOS NA GESTÃO DE MATERIAIS

Raquel da Silva Rodrigues Machado

Flavio Augustus da Mota Pacheco

Vinicius SousaRibeiro

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os impactos concretos da implantação do Almoarifado Virtual Nacional (AVN) em uma instituição federal de ensino. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, utilizando entrevistas semiestruturadas com servidores diretamente envolvidos na gestão de materiais, além da análise de documentos institucionais. A implantação do AVN trouxe ganhos significativos, como a redução dos prazos de entrega, compras centralizadas que evitam entregas fracionadas e maior controle sobre a qualidade dos produtos adquiridos. O sistema possibilitou a diminuição do volume de compras, reduzindo estoques excessivos e desperdícios, além de diminuir a burocracia e agilizar os processos. Contudo, persistem desafios, como a continuidade do uso do almoxarifado físico mesmo após a implantação do AVN e a falta de integração entre o AVN e o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), o que prejudica a rastreabilidade e o planejamento baseado em dados históricos. Também houve resistência de alguns servidores ao novo sistema, resultando em sobrecarga de tarefas em poucos profissionais, além da permanência de práticas como pedidos de última hora, que vão contra a lógica do planejamento proativo.

Palavras-chave: Almoarifado Virtual Nacional; Gestão de Materiais; Inovação na Administração Pública.



1 Introdução

As compras públicas possuem uma função fundamental dentro da administração pública, pois envolvem a aquisição de bens, serviços e obras que devem garantir o bom funcionamento das instituições. Conforme Costa (2000), o setor público passa por um processo de transformação e reestruturação administrativa, existindo um anseio na necessidade de mudança no sistema de compras públicas no Brasil, buscando mais agilidade e eficiência.

Buscando garantir o princípio da eficiência e agilidade, a Secretária de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, publicou a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 51, de 13 de maio de 2021, estabelecendo Diretrizes e procedimentos para utilização do serviço de suprimento de material de consumo, por meio do Almoxarifado Virtual Nacional (AVN), no âmbito da administração pública federal direta.

A implantação do Almoxarifado Virtual Nacional representa uma estratégia do governo federal para reorganizar a logística de distribuição de materiais de consumo. Em vez de manter estoques descentralizados em cada órgão, a proposta visa consolidar a gestão em um sistema único, com processos mais ágeis, controlados e alinhados à transformação digital da administração pública (Brasil, 2023).

Desse modo, o presente estudo tem à seguinte pergunta-problema: quais foram os impactos da adoção do Sistema de Almoxarifado Virtual na Instituição Federal de Ensino? Para tanto, foram analisadas as percepções dos servidores que atuam no almoxarifado e no setor de compras, especialmente no que se refere à melhoria na disponibilidade dos itens, na comunicação interna, aos desafios e dificuldades enfrentados durante a implementação do sistema, bem como nos impactos gerados na gestão de materiais, considerando os princípios da eficiência e celeridade que regem a administração pública.

Reconhecendo a importância da inovação e uso de novas ferramentas tecnológicas que modernizam e otimizam o controle de materiais torna-se necessário este estudo. O presente artigo tem como objetivo compreender e analisar os impactos concretos da implantação do sistema de Almoxarifado Virtual Nacional (AVN) de uma instituição federal de ensino, tanto sob a ótica administrativa quanto pedagógica.

O presente artigo está estruturado em cinco seções. A primeira refere-se à introdução, na qual



são apresentados o tema, a delimitação do problema e os objetivos da pesquisa. A segunda seção aborda o referencial teórico que sustenta a análise proposta. Na terceira, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento do estudo. A quarta seção é destinada à apresentação e análise dos resultados. Por fim, a quinta seção contempla as considerações finais, com a síntese dos principais achados e sugestões para estudos futuros.

2 Referencial Teórico

2.1 Gestão de Estoques e Almoxarifado

A gestão de estoque é uma atividade fundamental em qualquer instituição, seja ela pública como também na privada, pois permite assegurar que existe material necessário para o funcionamento da organização. Segundo o Ballou (2006) a gestão de estoques consiste no processo de determinar quando e quanto solicitar de materiais, visando equilibrar os custos associados à manutenção dos estoques, às encomendas e à falta de materiais. Para Mota e Câncio (2004), o tema controle de estoques é bastante discutido na administração pública com o intuito de identificar melhores práticas a serem aplicadas aos estoques. Objetivo dessas discussões é encontrar maneiras mais eficientes, para administrar os materiais, insumos e produtos que os serviços públicos precisam para funcionar. Desse modo, no contexto da administração pública, gerir os estoques de forma eficiente torna-se ainda mais importante, uma vez que essa prática está diretamente ligada à busca pela economicidade e pela garantia da boa aplicação dos recursos públicos. Pozo (2007) afirma que a Gestão de Estoque tem além da preocupação com quantidades, a busca constante da redução dos valores de seus estoques, atuando para mantê-los mais baixos e em níveis de segurança, tanto financeira como em nível de volume.

Assim, dentro da gestão do estoque, o almoxarifado exerce um papel estratégico dentro da cadeia logística, pois sua função é garantir que os itens estejam disponíveis no momento e na quantidade certa, contribuindo para o bom desempenho das atividades organizacionais conforme Ballou (2006). O almoxarifado permite que a organização consiga executar suas atividades de forma eficiente, sem interrupções, atrasos ou desperdícios.

Para Fenili (2015), as atividades básicas do Almoxarifado são o recebimento, classificação,



armazenagem, distribuição e o controle dos estoques. Essas atividades estão inter-relacionadas e se estiverem sendo feitas de forma correta contribui diretamente com a prestação de serviço eficiente.

Para Sana e Santos (2021) O almoxarifado é imprescindível para qualquer organização, pois é nele que estão armazenados os materiais (recursos) que sustentam o funcionamento das organizações. Assim, eles devem ter estrutura e condições para assegurar que o material fique bem conservado até ser utilizado.

O desenvolvimento das Tecnologias Digitais tem permitido uma abertura para muitas possibilidades de inovação no Serviço Público, tanto na própria indústria da informação, quanto em diversas outras áreas do conhecimento. Nascimento et al. (2024). Esse desenvolvimento da tecnologia favoreceu o crescimento de sistemas para controle e organização de almoxarifado.

Com o intuito de aprimorar os processos de gestão de estoques, o Governo Federal implantou o Sistema de Almoxarifado Virtual Nacional, demonstrando uma estratégia acertada ao promover maior controle e reduzir os riscos de desperdício. Para Oliveira e Carvalhaes (2020) “A integração de sistemas de informação à gestão de estoque permite maior controle e eficiência, contribuindo para a redução de custos e melhoria nos processos logísticos”.

Portanto, compreender a gestão de estoques e o papel do almoxarifado é fundamental para qualquer instituição que busca otimizar seus recursos e garantir a continuidade e a qualidade de seus serviços. A implementação de sistemas como o almoxarifado virtual se insere nesse contexto como uma ferramenta de modernização e inovação dos processos administrativos, sendo um elemento estratégico na gestão de materiais no setor público.

2.2 Tecnologia e Inovação na Gestão Pública

A implantação da tecnologia na gestão pública tem se consolidado como um dos principais meios de transformação administrativa nas últimas décadas. A modernização dos processos públicos, juntamente com os avanços tecnológicos, tem desempenhado um papel fundamental na melhoria da prestação de serviço à população, como para a otimização das atividades e das condições de trabalho dos servidores públicos.

Segundo Sousa et al. (2025) “O uso dessas tecnologias representa um movimento estratégico

para modernizar e aprimorar a gestão pública, permitindo uma maior aproximação entre o governo e os cidadãos, além de otimizar processos internos, promover a transparência e reduzir custos”. Assim o uso de sistemas integrados e recursos digitais possibilita, além da automação de processos, uma gestão pública mais eficiente, estratégica e focada em resultados.

A Inovação tecnológica para o setor público assume um papel fundamental, na medida em que a implantação de um sistema automatizado pode gerar diversos benefícios, entre eles: redução do tempo de execução do trabalho, aumento de eficiência, dimensionamento de recursos mais assertivos e eliminação de potenciais erros humanos (Dittmar e Mrozinski, 2022), além de subsidiar a tomada de decisão com informações mais qualificadas para o planejamento e execução de um trabalho (Moro e Oliveira, 2023)

Por outro lado, é importante destacar que nas últimas décadas, os governos passaram a adotar práticas inovadoras na prestação de serviços e na execução de processos administrativos, com o intuito de melhorar a eficiência dos gastos públicos e restaurar a confiança da população, especialmente diante de cenários marcados por crises fiscais e desafios de representatividade nas democracias contemporâneas (Brasil 2019).

Dessa forma, observa-se que a tecnologia e a inovação desempenham um papel fundamental na promoção de uma administração pública mais eficaz, transparente e sintonizada com as exigências da sociedade atual. A adoção de ferramentas digitais na gestão governamental não só moderniza os procedimentos, como também reforça os princípios da administração pública, consolidando uma abordagem focada em resultados, comprometida com o bem comum e com a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos.

2.3 Almoxarifado Virtual Nacional

O Almoxarifado Virtual Nacional (AVN) é um serviço de logística que disponibiliza uma plataforma virtual, similar a websites de comércio eletrônico, para aquisição de materiais de consumo administrativo, por meio da contratação da prestação de serviço continuado de outsourcing. Fernandes et al. (2023). Esta plataforma permite que os órgãos públicos realizem pedidos sob demanda, sem necessidade de adquirir itens individualmente. O AVN operacionalizará o suprimento de material de consumo em sistema web desenvolvido pelo



fornecedor contratado pela Central de Compras - Central-ME, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (Brasil, 2025). Os contratos do AVN são centralizados, para a administração direta (com adesão compulsória), e descentralizados para a administração indireta, que podem participar ou aderir ao registro de preço Salles *et al* (2021).

O Almoxarifado Virtual Nacional é uma solução de logística que “diminui custos administrativos, desburocratiza, reduz o espaço físico ocupado com estoque” e promove praticidade ao usuário (Fernandes et al. (2023). “ Há outros benefícios como a racionalização do consumo, a simplificação dos processos de aquisição, a sustentabilidade, a redução do espaço físico do almoxarifado e a economia nos recursos orçamentários, humanos e logísticos” (Agência Nacional de Saúde Suplementar, 2021).

O serviço obedecia a uma série de procedimentos estabelecidos na legislação, com a finalidade de se enquadrar na sistemática de execução e controle do orçamento público (Nascimento et al., 2024). Diante da redução orçamentária enfrentada pelas Instituições de Ensino Superior, a observância rigorosa desses procedimentos torna-se essencial para a diminuição dos gastos e para a eficiência na gestão de compras públicas.

Conforme Sales et al. (2021), no AVN é possível fazer pedidos de itens com um preço fixo, a partir de um pedido mínimo por unidade solicitante, e pode ser feito em duas janelas mensais. O que permite previsão, planejamento e racionalização do consumo nas instituições participantes a luz dos princípios da Administração Pública.

3 Metodologia

A pesquisa foi realizada como pesquisa exploratória, que visa oferecer uma compreensão mais aprofundada do problema, de modo a esclarecê-lo ou mesmo formular hipóteses. Em essência, esse tipo de investigação tem como propósito central o desenvolvimento de ideias ou a identificação de percepções iniciais. (Gil, 2022). Assim os objetivos desta pesquisa, ao considerar a abordagem dos conceitos sobre gestão de materiais, almoxarifado virtual e inovação tecnológica no setor público.

A respeito da abordagem do problema, o estudo ainda pode ser caracterizado como uma



pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo, uma vez que busca compreender, analisar e descrever os desafios, benefícios e impactos da implantação do Almoxarifado Virtual em uma instituição de ensino superior, no âmbito da gestão de materiais. Segundo (Gil, 2008), “a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinado fenômeno, sendo adequada para estudos que pretendem observar, registrar e analisar fatos ou situações específicas sem, necessariamente, manipulá-los”.

Após a realização da pesquisa exploratória, optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas como método de coleta de dados, utilizando um formulário com perguntas previamente elaboradas como ponto de partida. Contudo, permitiu ao entrevistado desenvolver livremente o seu discurso, sem interrupções, de forma a favorecer a espontaneidade e a profundidade das respostas.

A entrevista foram realizadas com servidores da unidade de estudo que atuam diretamente no processo de aquisição de matérias e guarda de matérias, gerente de infraestrutura e serviços, Diretoria de Administração e Planejamento, Coordenação de Licitação e Contratos e setor de Almoxarifado, buscando compreender não apenas os aspectos operacionais do sistema, mas também as percepções subjetivas dos servidores quanto às mudanças provocadas na rotina, nos processos e na eficiência da gestão de materiais na Instituição Federal de Ensino.

Além das entrevistas, foram analisados documentos institucionais, tais como manuais de procedimentos, registros de movimentação de materiais e relatórios gerenciais disponibilizados pelo Sistema Eletrônico de Informação (SEI), disponibilizados pela Diretoria de Administração da unidade de ensino.

A abordagem metodológica escolhida possibilita uma visão ampla do fenômeno investigado, ao integrar a análise de documentos institucionais com as percepções dos servidores envolvidos, favorecendo uma avaliação mais precisa e contextualizada da efetividade do Almoxarifado Virtual como ferramenta tecnológica de modernização na gestão de materiais no setor público.

4. Resultado e discussão

4.1 Contexto Anterior à Implantação do AVN

Segundo os entrevistados, a aquisição de materiais de expediente era realizada por meio de



processos licitatórios, os quais ficavam sob responsabilidade da Reitoria. Essa, por sua vez, solicitava anualmente às unidades de Ensino Superior o planejamento da quantidade de itens que seriam utilizados ao longo do ano. Com base nesse planejamento, era então iniciada a licitação, que ocorria de forma individualizada por item. Por esse motivo, era comum que empresas diferentes vencessem para itens distintos.

Após a conclusão do processo licitatório e a geração da ata de registro de preços, que, por vezes, levava de três a quatro meses para estar disponível para compras, cada unidade realizava o empenho com base na quantidade previamente planejada. No caso específico da unidade em estudo, os pedidos geralmente ocorriam uma vez ao ano, em grandes quantidades, sendo os itens armazenados no almoxarifado físico.

O prazo entre a licitação e a entrega efetiva dos materiais variava de três a cinco meses. Quando os materiais eram entregues, o fiscal do contrato realizava o ateste da nota fiscal, enquanto o servidor responsável pelo almoxarifado lançava os itens individualmente no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

Esse processo, além de moroso, era limitado pela legislação vigente, que dificultava a especificação de marcas, resultando na aquisição de materiais genéricos ou de qualidade inferior. Também eram frequentes os problemas relacionados ao excesso de estoque: muitos itens acabavam vencendo por não serem utilizados a tempo, gerando acúmulo de produtos obsoletos e desperdício de recursos públicos.

A retirada de materiais era feita manualmente, por meio de formulários de solicitação. Após a entrega ao setor requisitante, o servidor do almoxarifado registrava a saída dos itens no SUAP, o que permitia tanto o controle de estoque quanto a geração de relatórios para identificar os setores com maior demanda.

A gestão de materiais da unidade de Ensino era, portanto, conduzida com o apoio do SUAP, em conjunto com processos licitatórios tradicionais. O SUAP dispunha de um módulo específico para almoxarifado, que permitia prever a durabilidade dos itens com base no histórico de consumo, além de gerar relatórios automáticos que auxiliavam na reposição de materiais.

4.2 Transformações com a Implantação do AVN

Em 2020, a Central de Compras do Ministério da Economia lançou a Intenção de Registro de



Preço (IRP) nº 07/2020, voltada a toda a Administração Pública Federal. A instituição Federal de Ensino aderiu à IRP por reconhecer que a proposta traria benefícios significativos à gestão administrativa, com base nos resultados positivos observados em órgãos que já haviam implementado a solução. Essa adesão está registrada no processo na plataforma do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

O primeiro contrato de prestação de serviços continuados de outsourcing, voltado à operação do Almojarifado Virtual sob demanda, foi firmado em 30 de agosto de 2021, com a empresa vencedora da licitação. O contrato foi celebrado com o intuito de atender a todas as unidades, incluindo a instituição estudada.

O objetivo do contrato era viabilizar o fornecimento de materiais de consumo por meio de uma plataforma web, moderna e eficiente.

A plataforma, gerenciada pelo órgão central (Reitoria), opera com diferentes perfis de usuários, cada um com funções específicas:

- Solicitante: servidor responsável por registrar os pedidos no sistema. Na unidade, essa função é desempenhada pelo servidor do almoxarifado, que também contesta falhas nas entregas, se necessário.
- Aprovador: atualmente, o Gerente de Infraestrutura e Serviços. Ele analisa e aprova os pedidos dos solicitantes, atesta ou contesta as entregas e se manifesta em casos de divergência com a empresa prestadora.
- Gestor Setorial: servidor da Diretoria de Administração e Planejamento (DAP), na Reitoria. É responsável pela operação do serviço e pelo cadastramento de unidades administrativas e aprovadores.
- Administrador: servidor designado pela Reitoria para gerenciar o contrato, fiscalizar os serviços, incluir novos itens na plataforma e dar a decisão final em casos de contestação.

Inicialmente, a proposta era que quatro servidores dos setores que mais utilizam materiais de escritório atuassem como solicitantes. Contudo, na prática, apenas o servidor do almoxarifado assumiu essa função. O servidor do almoxarifado realiza os pedidos com base na demanda geral da unidade.

Os prazos de entrega foram consideravelmente reduzidos, variando entre 30 e 45 dias, conforme

a data da solicitação. O fornecimento dos materiais passou a ser feito por meio de contrato centralizado na reitoria, evitando entregas fracionadas de itens e garantindo a padronização dos mesmo. Destaca-se também a possibilidade de recusa de produtos de baixa qualidade, permitindo a substituição por marcas superiores já homologadas.

Após a entrega dos materiais, o servidor responsável pelo setor realiza o armazenamento no almoxarifado físico e, posteriormente, a distribuição aos servidores dos diversos setores, conforme a demanda identificada. Nesse contexto, observa-se que, embora o modelo proposto pelo Almoxarifado Virtual Nacional (AVN) esteja alinhado aos princípios da logística just-in-time, em que os materiais são adquiridos sob demanda, reduzindo a necessidade de grandes estoques, tal prática ainda não é plenamente adotada pela unidade em questão.

A retirada de materiais ainda é registrada manualmente, por meio de formulários de solicitação. Após a entrega ao setor requisitante, o servidor do almoxarifado não registra mais a saída dos itens no SUAP, pois os itens comprados pelo AVN não podem ser lançados nesse sistema. Essa limitação impede o controle eficiente do estoque e a geração de relatórios que identifiquem os setores com maior demanda.

Na prática, o almoxarifado físico continua sendo utilizado como ponto central de recepção e distribuição, o que demonstra uma adaptação parcial ao modelo proposto pelo AVN.

4.3 Benefícios Percebidos

Os entrevistados relataram diversos benefícios decorrentes da implementação do Almoxarifado Virtual Nacional (AVN). Dentre os principais, destacam-se os ganhos em eficiência administrativa e operacional, especialmente no que se refere à agilidade na aquisição de materiais. A possibilidade de adquirir produtos de melhor qualidade, por meio de um único fornecedor, contribuiu para a padronização dos itens e a redução dos prazos de entrega.

Outro aspecto relevante apontado foi a redução no volume de compras. Antes da implantação do AVN, devido ao longo intervalo entre a licitação e a entrega, que poderia chegar a até quatro meses, a instituição realizava aquisições em grandes quantidades, resultando em acúmulo de materiais nos estoques. Essa prática, além de comprometer o espaço físico, frequentemente levava ao vencimento dos produtos antes de seu uso, ocasionando desperdícios e prejuízos financeiros à instituição.

Adicionalmente, a redução da burocracia foi considerada um dos avanços mais significativos.

Com o novo sistema, os pedidos deixaram de ser tramitados via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o que representou uma expressiva economia de tempo e recursos. O AVN também contribuiu para um controle mais eficiente de custos e para a redução de desperdícios, permitindo a requisição rápida de itens conforme a demanda institucional.

4.4 Desafios e Limitações

Apesar dos avanços, a implantação do AVN também revelou entraves e limitações que precisam ser enfrentados. O principal problema citado foi a ausência de integração entre o AVN e o SUAP, o que compromete o controle interno e a capacidade de geração de relatórios gerenciais. Como os itens não são registrados no SUAP, perdem-se os históricos de consumo, dificultando o planejamento futuro.

Outro ponto mencionado foi a resistência inicial de alguns servidores em utilizar a nova ferramenta. Apesar das capacitações promovidas pela reitoria, a prática acabou concentrada em apenas no servidor do almoxarifado para utilizar o módulo, dificultando a disseminação do conhecimento institucional.

Os entrevistados ainda afirmam que persistem diversas dificuldades relacionadas à cultura organizacional, destacando, entre elas, a prática recorrente de realização de pedidos de última hora por parte dos servidores ao setor de almoxarifado, o que contraria diretamente a lógica do planejamento exigido pelo AVN, comprometendo a eficiência dos processos e a previsibilidade das demandas.

4.5 Avaliação Geral e Alinhamento com a Administração Pública

A percepção geral dos entrevistados é que o AVN representa um instrumento alinhado aos princípios da administração pública, sobretudo no que tange à eficiência, à legalidade e à transparência. A redução de prazos e a eliminação de etapas burocráticas favorecem a agilidade administrativa, enquanto a centralização de compras e a possibilidade de auditoria garantem a legalidade dos atos.

Entretanto, a transparência interna ainda encontra limitações significativas, especialmente pela ausência de integração com sistemas de controle e pela carência de relatórios detalhados que permitam o acompanhamento completo da gestão de materiais.

Para potencializar os resultados positivos do AVN, os entrevistados sugeriram a criação de um módulo específico no SUAP, voltado à integração com os dados do AVN. Essa medida permitiria o registro simbólico das entradas e saídas, mesmo com valor financeiro zerado, garantindo a rastreabilidade das movimentações, pois atualmente não é possível ter controle de forma rápida de quais setores tem retirado itens e em quantas quantidades.

Recomendaram também o fortalecimento da política de comunicação institucional e a promoção de treinamentos regulares para os servidores envolvidos na gestão de materiais. A restrição das requisições a coordenadores ou chefias poderia contribuir para um uso mais racional e planejado do sistema, evitando excessos e possíveis gastos.

5 Considerações Finais

A implantação do Almoarifado Virtual Nacional na Instituição Federal de Ensino representou um avanço significativo na modernização na compra de matérias, promovendo maior eficiência, agilidade e controle nos processos de aquisição. A substituição do modelo tradicional, baseado em licitações extensas e armazenagem em larga escala, por um sistema sob demanda, com interface digital e contratos centralizados, trouxe benefícios concretos à rotina administrativa da instituição.

Os entrevistados relataram ganhos relevantes, como a redução de prazos para aquisição, a eliminação de etapas burocráticas, a possibilidade de escolha de produtos com melhor qualidade e maior controle sobre os pedidos. Além disso, a utilização do AVN mostrou-se alinhada aos princípios da administração pública, sobretudo à economicidade, à legalidade e à eficiência.

Contudo, o estudo também evidenciou limitações e desafios que precisam ser superados, como o fato de o almoxarifado físico continuar sendo utilizado como ponto central de recepção e distribuição, o que demonstra uma adaptação parcial ao modelo proposto pelo AVN.

A ausência de integração entre o AVN e o SUAP compromete a rastreabilidade das movimentações e dificulta o planejamento com base em dados históricos. A resistência inicial de alguns servidores e a concentração das funções operacionais em poucos profissionais indica a necessidade de ampliar os treinamentos e fortalecer a comunicação institucional.

Diante disso, ressalta-se a importância de fortalecer a cultura organizacional voltada para o planejamento proativo e o uso estratégico da tecnologia na administração pública. A experiência desta instituição pode servir como referência para outras unidades da Rede Federal Ensino, contribuindo para a disseminação de boas práticas e implementação de ações para a consolidação de modelos inovadores de gestão pública que priorizem a transparência, a sustentabilidade e o uso racional dos recursos.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS). ANS e Ministério da Economia apresentam o Projeto Almoarifado Virtual. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/noticias/sobre-ans/ans-e-ministerio-da-economia-apresentam-o-projeto-almoarifado-virtual>. Acesso em: 27 maio 2025.

BALLOU, Ronald H. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Gestão. Instrução Normativa SEGES/ME nº 51, de 13 de maio de 2021. Estabelece procedimentos para utilização do serviço de suprimento de material de consumo, por meio do Almoarifado Virtual Nacional, no âmbito da administração pública federal direta. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 maio 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-51-de-13-de-maio-de-2021>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Gestão. Manual do Almoarifado Virtual Nacional – Autopel. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/central-de-compras/almoarifado-virtual-nacional/paginas/manual-avn-1.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

CARVALHO, 2009; MOTA; CÂNCIO, 2004; FRANK et al. Modelos de gestão de estoques no primeiro setor: uma revisão. In: VIII SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DE SERGIPE, 2016. Anais [...]. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/7725/2/ModeloGestaoEstoques.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

COSTA, André Lucirton. Sistemas de compras privadas e públicas no Brasil. Revista de Administração - RAUSP, v. 35, n. 4, p. 119-128, 2000. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001174487>. Acesso em: 15 maio 2025.

DITTMAR, H.; MROZINSKI, D. R. Utilização dos relatórios automatizados de alertas de desmatamento na melhoria do processo investigativo criminal ambiental. Revista Brasileira de Ciências Policiais. Disponível em:



file:///C:/Users/ismael%20felicio/Downloads/Utilizacao_dos_relatorios_automatizados_de_alertas.pdf

FERNANDES, Evandro Missagia; APPEL, Geronimo Torres; FARIA, Jorge Rodrigo; WITTMANN, Mariane Beatriz; LORENZI JUNIOR, David. O emprego do supply chain management na organização pública: estudo de caso do Almoxarifado Virtual em uma organização pública militar. 2023. DOI: 10.51896/ce.v21i2.109. Acesso em: 20 maio 2025.

FENILI, R. R. Gestão de materiais. 1. ed. Brasília: Enap, 2015. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2268>. Acesso em: 15 maio 2025.

LIMA, Sâmella Medley Bezerra Teixeira de; SILVA, Cristiano Alexandre de Farias; SILVA, Napiê Galvê Araújo. Inovação nas contratações públicas: uma análise das vantagens e desafios da implantação do almoxarifado virtual no âmbito do IFRN. Revista Gestão Contemporânea, v. 11, n. 2, p. 93–107, 2023. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/gestaocontemporanea/article/view/1539>. Acesso em: 27 maio 2025.

MORO, I. P.; OLIVEIRA, F. B. Gestão de combate a incêndios: distribuição espacial e temporal no sul do Estado do Espírito Santo. Revista do Serviço Público, v. 74, n. 4, p. 847-868, 2023.

NASCIMENTO, Anselmo Marcos Cavalcanti; AIRES, Jussara Danielle Martins; OLIVEIRA, Hilderline Câmara. Potencialidades e desafios da implantação do almoxarifado virtual segundo a perspectiva de servidores numa organização pública. DOI: <http://doi.org/10.7769/gesec.v15i9.4063>. Disponível em: [insira o link correto de acesso]. Acesso em: 27 maio 2025.

OLIVEIRA, Danielle Barbosa de; CARVALHAES, Jéssica Cristina. A importância do controle de estoque nas organizações. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Gestão Empresarial) – Centro Paula Souza, Faculdade de Tecnologia de Americana. Disponível em: https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/6833/1/1S2020_Danielle%20Barbosa%20De%20Oliveira_OD0940.pdf. Acesso em: 22 maio 2025.

SALLES, Felipe Cunha; MENDONÇA, Gustavo Carneiro de; ALMEIDA, Charles Dias de. Os desafios da implantação de almoxarifado virtual como estratégia de centralização de compras no estado do Espírito Santo. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2021, Brasília. Anais [...]. Brasília: CONSAD, 2021. Disponível em: <https://www.consad.org.br/wp-content/uploads/2021/10/OS-DESAFIOS-DA-IMPLANTACAO-DE-ALMOXARIFADO-VIRTUAL-COMO-ESTRATEGIA-DE-CENTRALIZACAO-DE-COMPRAS-NO-ESTADO-DO-ESPIRITO-SANTO.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.



SANA, Jeiza; SANTOS, Juliana dos. Gestão e controle de estoques de uma instituição pública: estudo de caso no almoxarifado do Instituto Federal Fluminense. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/26001/Jeiza%20Sana%20e%20Juliana%20dos%20Santos_AC.pdf?isAllowed=y&sequence=1. Acesso em: 27 maio 2025.

SANTOS, Thamara Marcos dos; CABRAL, Augusto César de Aquino; SANTOS, Sandra Maria dos. Inovação na gestão pública brasileira: análise da produção científica. *Desenvolvimento em Questão*, v. 22, n. 60, p. 1–25, 2024. DOI: 10.21527/2237-6453.2024.60.14715. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/14715>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SILVA, Isaac Lima e; MEDEIRO, Yara Maria Dias; RODRIGUES, Luciana da Luz; SOUZA, Josiano César de. Aplicação de novas tecnologias na gestão de estoques. *ID on line Revista de Psicologia*, v. 14, n. 48, p. 190-205, 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3150>. Acesso em: 27 maio 2025.

SOUSA, Adriana da Costa; SARAIVA, Piedley Macedo; BRITO, Clara Rodrigues de; SILVA, João Mário Vieira de Paula e; ATALA JUNIOR, Ali Veggi; BATISTA, Wagner Roberto; MACIEL, Wagner Alves; SOUZA, Mayko Roberto Damasceno; IWATA, Isa Akemi Pires; SANTOS, Elivelton Cavaleiro dos. O uso de tecnologias na administração pública: potencialidades e desafios. *IOSR Journal of Business and Management*, v. 27, n. 2, ser. 4, p. 46–51, fev. 2025. DOI: 10.9790/487X-2702044651. Disponível em: <https://www.iosrjournals.org/iosr-jbm/papers/Vol27-issue2/Ser-4/G2702044651.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.